



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e três de setembro de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dezesseis de setembro de dois mil e quatorze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa:

- 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 295/2014, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Concede Título de Cidadã Honorária de Nova Lima à Dra. Andressa de Oliveira Lanchotti”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Fausto Niquini Ferreira, Silvânio Aguiar Silva e Maria Ângela Dias Lima Pereira, para emissão de parecer;
- 2) Projeto de Lei nº 1.476/2014, autoria da Mesa Diretora, que “Altera a Lei nº 2.459, de 08 de setembro de 2014”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer;
- 3) Projeto de Lei nº 1.477/2014, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre a execução de auditoria independente em cada processo de reajuste ou revisão das tarifas



de transporte público coletivo urbano no município de Nova Lima, bem como a publicidade dos dados e elementos utilizados no processo”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Leci Alves Campos como Relator da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.474/2014, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de dar outras providências” – Rua Diomar Maria dos Santos. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.475/2014, que “Dispõe sobre a retirada de veículos abandonados das ruas do município, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 3) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 293/2014, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. Pedro Paulo Carvalho”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 4) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 294/2014, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Senhor Leo Alves de Assis Júnior”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Silvânio Aguiar Silva, dispensou o interstício para a votação deste projeto.



Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.454/2014, que “Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos no Município de Nova Lima”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 2) Projeto de Lei nº 1.466/2014, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de profissional da área de enfermagem (Técnico de Enfermagem) nas unidades Centro Educação Infantil no Município de Nova Lima”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 3) Projeto de Lei nº 1.470/2014, que “Institui o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção; 4) Projeto de Lei nº 1.472/2014, que “Institui o Dia Municipal do Comerciário”. Em discussão, o autor do projeto, vereador José Guedes disse: “há muitos anos atrás, eu, quando rapazola, quando o comércio em Nova Lima era pequeniníssimo, eu reparava que o comerciário é sacrificado. Noventa por cento dos comerciários trabalham de pé; doze, quatorze, até dezoito horas por dia, dependendo do tipo de comércio. A pessoa, só de ficar de pé essas horas todas, porque é praticamente obrigada pelo patrão. Eu sinto que certas lojas poderiam colocar um banco mais alto para o comerciante trabalhar atrás do balcão, principalmente. Então, é um tipo de serviço que sacrifica muito os profissionais. Eu fico muito satisfeito de ser o autor deste projeto, espero que o prefeito sancione esta lei e que nós comemoremos com o povo de Nova Lima, juntos, o Dia do Comerciário”. Em primeira votação, aprovado por dez votos; 5) Projeto de Decreto Legislativo nº 291/2014, que “Concede o Título de



Cidadania Honorária à pessoa que indica e contém outras providências” – Capitão PMMG Rodrigo Piassi do Nascimento. Em primeira e única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação; 6) Projeto de Decreto Legislativo nº 292/2014, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Dr. Castellar Modesto Guimarães Filho”. Em primeira e única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação; 7) Projeto de Decreto Legislativo nº 294/2014, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Senhor Leo Alves de Assis Júnior”. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos favoráveis, abstenção do Senhor Presidente, e encaminhado à promulgação. O vereador Silvânio Aguiar Silva pediu licença para se ausentar da Mesa. O Senhor Presidente concedeu e convocou o vereador Leci Alves Campos para atuar como Secretário Ad Hoc. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “Senhor Presidente, o próximo dia trinta de setembro é o prazo que o Executivo tem de encaminhar para esta Casa a Lei Orçamentária de 2015. Eu gostaria de verificar com Vossa Senhoria a possibilidade da nossa Comissão de Orçamento entrar em contato com a pessoa responsável pelo Orçamento do Executivo, que nos encaminhe a relação das nossas emendas que foram colocadas na LOA de 2014, se elas foram realizadas até setembro ou se serão realizadas até dezembro. Porque eu lembro que a gente, exaustivamente, reuniu aqui para fazer muitas emendas e já está na hora de fazer a outra lei orçamentária. Então, nós precisamos saber o fruto das emendas que nós colocamos nesta Casa”. O Senhor Presidente falou: “só queria lembrar à Sua Excelência que é pertinente tudo que a Sua Excelência está justificando, mas poderia ser feito um



requerimento na hora do requerimento”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “não é requerimento, eu estou falando é nos meus dez minutos como líder do PSL. Não é requerimento, é apenas sugestão porque eu acho que isso vai facilitar, Senhor Presidente, até quando a Comissão de Orçamento da Casa for começar a trabalhar, verificar se as emendas que não foram aplicadas na LOA de 2014 que sejam aplicadas em 2015; vamos até poupar tempo”. O vereador José Guedes disse: “quero parabenizar o meu colega Leci Campos porque nesses vinte e dois anos que eu estou na Câmara, nunca, jamais, em tempo algum, nenhum prefeito sancionou uma emenda deste vereador. No meu mandato, todas que eu mandei, nenhuma emenda foi aprovada, isso é uma grande covardia com os vereadores porque é um instrumento que nós temos. Se o prefeito não faz uma determinada obra, é o instrumento que nós temos em mãos, que é direito do vereador. Então, os prefeitos passados não atenderam não somente este vereador, eu quase tenho certeza que não atenderam emendas de nenhum vereador. O senhor está de parabéns, nós temos que cobrar, dá muito trabalho para o vereador apresentar uma emenda, tem que calcular, ir no bairro, olhar, verificar. Passam o trator o tempo todo nas emendas ao longo dos anos. Parabéns, senhor vereador”. O Senhor Presidente afirmou: “só para completar o que os vereadores José Guedes e Leci falaram, não adianta repetir isso porque não vai cumprir. Se não pôr o orçamento com uma emenda impositiva como o Congresso e a Câmara dos Deputados fizeram, não vai acontecer nada. Tem que ter uma pessoa que entenda de fazer esse serviço e pôr emenda impositiva dentro do orçamento; aí, ele tem cumprir”. O vereador Fausto Niquini



Ferreira falou: “a Comissão de Saúde composta por mim, Fausto Niquini, vereadora Ângela Lima e vereador Leci Campos, estivemos hoje reunidos com o corpo técnico da Secretaria de Saúde e solicitamos a eles que promovam uma audiência pública de prestação de contas nesta Casa. O ato público de prestação de contas atende ao cumprimento de exigências legais contidas no artigo 36 da Lei Complementar 141/2012. Até hoje não foi feita nenhuma audiência pública nesta Casa. Então, nós solicitamos a eles que promovam esta audiência. E alguns tópicos que deverão ser apresentados, são interessantes: montante e fonte dos recursos aplicados na Saúde; auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações; oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação; resultados alcançados pela Secretaria de Saúde e metas pré-estabelecidas para cada um dos setores da Saúde Pública de Nova Lima; avaliação dos principais indicadores de saúde, seguindo os parâmetros e objetivos contidos nas Diretrizes do Ministério da Saúde. Para que, assim, possamos enviar para o Ministério Público”. O vereador André Luiz Vieira da Silva indagou: “o seu pedido, vereador, é somente em relação à Secretaria de Saúde, não é?”. O Senhor Presidente registrou: “só lembrar que chegou a esta Casa pelo Procurador da República, da União, eu passei para a Comissão de Saúde, pedindo prestação de contas. Então, ele está aproveitando também fazendo uma audiência pública e apresentação de todos esses documentos”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador



Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente da Mesa Diretora envie moção de aplausos à Sra. Ana Lúcia da Silva da Coordenadoria da Igualdade Social pelo empenho e conquista pela visita da presidente Dilma Rousseff em Nova Lima, fato marcante na história de nossa cidade. Aprovado, nove votos. O vereador Leci Alves Campos disse: “eu gostaria de agradecer a presença aqui em plenário da Ana Lúcia. Muito obrigado pela sua presença, Ana. Só para reforçar, a visita da presidente à nossa cidade foi um fato marcante e histórico, e foi um grande trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial. Eles acompanharam a presidente, organizaram todo o evento e, assim, foi mais um fato importante para a nossa história. Você vê que no país, quantos municípios tem, quantos municípios gostariam de receber a visita de um presidente da república? E Nova Lima teve a honra de receber a primeira presidenta na nossa cidade”. 2) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Senhor Presidente da Mesa Diretora faça encaminhar uma moção de aplauso para Rodrigo Silva de Oliveira, Servidor Público desta Câmara Municipal, lotado na Assessoria de Comunicação, pela conquista do 3º lugar no Concurso de Fotografia Amadora promovido pela Prefeitura Municipal de Nova Lima. Aprovado, nove votos. 3) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer ao Prefeito Municipal que promova a execução do esgotamento na Rua Gamix, no final do Bairro Jardim Canadá II. Em discussão, o Senhor Presidente afirmou: “este bairro é o Jardim Canadá II; é evidente que nem eu e nem o vereador somos donos de lá, mas a gente tem argumentação sobre isso , principalmente eu, ele também deve ter. A Copasa, tudo que ela fez de acordo com



o governo de Vítor Penido, de 2000 para cá, ela não cumpriu nada, absolutamente nada; o esgoto lá é só para inglês ver. Ligam, cobram. Aquela usina não tem capacidade de tratar, inclusive ali, o projeto era para ter três usinas, duas no fundo e uma na frente. Aí, eles soltam o esgoto por trás do Monte Verde, naquele ribeirãozinho, corre todo a céu aberto no Monte Verde, é igualzinho ao Vale dos Cristais, essa vergonha aqui, nada se faz contra a Copasa. Vou votar a favor, sem problema nenhum, mas não vai adiantar nada, o problema é a Copasa, não é nem o município. É evidente que o município é responsável porque não tomas as suas providências”. O vereador Flávio de Almeida falou: “Senhor Presidente, o que falta lá é a construção da elevatória. Aí, a Copasa para piorar um pouco mais, ela tinha dois caminhões que retiravam o esgoto; hoje, eles cortaram os caminhões, ou seja, é absurdo encima de absurdo”. O vereador José Guedes registrou: “na opinião deste vereador, a Copasa é uma das piores empresas que foram criadas em nosso Brasil, em nossa Minas Gerais. A Prefeitura Municipal de Nova Lima pagou para colocar a água na Fazenda Belarmino, duzentos e cinquenta e oito mil, há um ano e meio atrás, aproximadamente. A desculpa da Copasa é que o DER não permitia a abertura no asfalto para passar o encanamento. Com muita luta, este vereador conseguiu a liberação do DER. Agora, este vereador junto com um funcionário da Câmara, Guto, que tem a sua casa naquele local, nós fomos aproximadamente umas oito a dez vezes na Copasa. Cada dia uma desculpa porca. Eu não sei se eles têm raiva deste vereador, aliás, eles não têm não é raiva, eles têm ódio porque eu fui um dos vereadores que batalhei aqui o tempo todo no mandato passado quando eles queriam a concessão



do esgoto em Nova Lima pagando vinte milhões, ressarcindo à prefeitura vinte milhões, sendo que a prefeitura já gastou mais de cento e cinquenta milhões. Uma coisa que o município gastou cento e cinquenta milhões, a Copasa pode enfiar por goela abaixo e pagar somente vinte milhões? Porque? Eu não sei o que está acontecendo, já procurei o presidente da Copasa, os funcionários daqui, eles não resolvem. E o mais grave, Senhor Presidente, que a prefeitura fornece água para aquele povo lá com caminhões, sendo que ela já pagou à Copasa há um ano e meio mais ou menos e a prefeitura, todo dia, tem que colocar água para trinta e poucas casas lá. Então, a prefeitura está gastando um dinheirão com a colocação da água com os caminhões pipa. É uma grande porcaria esta tal de Copasa. Lá na Fazenda do Benito tem problema de água violento, eles não colocam. Já fizeram reunião com o diretor da Copasa, eles não resolvem nada. A prefeitura está pagando um serviço que ela já pagou, está pagando duas vezes”. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “Senhor Presidente, agradeço os colegas vereadores por terem votado a favor. Eu acho inadmissível, inclusive, eu estava comentando com o vereador Soldado Flávio, que é residente no bairro, eles me enviaram as fotos. Se nós pensarmos bem que estamos aqui a dez minutos de uma capital de um estado e nós estamos numa situação dessas, eu acho que é preocupante. Eu solicito ao prefeito Cassinho, viu vereadora Ângela, depois vou até te mostrar as fotos, porque realmente, o mais interessante é que a rua já está asfaltada, tem asfalto lá, mas esgoto a céu aberto, com cheiro fétido, o que os moradores informaram. Se o problema é com a Copasa, faça a cobrança da Copasa. Agora, é inadmissível, isso é uma questão de saúde, de segurança



porque segundo... um senhor de idade passando aqui, escorregou e caiu lá dentro desse esgoto”. O Senhor Presidente afirmou: “isso aí, pelo jeito, se o município não intervir, a Dra. Andressa Promotora também, isto é área dela que é Meio Ambiente, ela já entrevistou nisso aí, que eu tenho certeza. Inclusive, tem reportagem de televisão aqui no Vale dos Cristais, ela entrou há pouco menos de dois meses pegando pesado com a Copasa. Lamentavelmente, não adiantou. O que eles querem fazer lá agora? Vou só informar a Sua Excelência. Eles não vão fazer no Vale do Sol nenhuma usina de tratamento mais, isso já está decidido já tem uns cinco anos, vai bombear o esgoto do Vale do Sol para o Jardim Canadá, vai pegar o esgoto do Jardim Canadá, vai bombear para Olhos D’água e vai pegar esse esgoto todo aqui, essa usina aqui dos Cristais vai atender só os Cristais. Todo Biocor, aquela rede das Seis Pistas vai ser bombeada para Olhos D’água, tudo vai cair no Betânia, no Arrudas. Tem cinco anos que eles decidiram esse projeto, até hoje não saiu. Não precisa esperar usina de tratamento de esgoto no Jardim Canadá, nem no Vale do Sol. E essa dos Cristais só vai ser amenizada a hora que ela baixar a capacidade dela porque ela trata de esgoto que ela não pode. Este é o quadro da Copasa para qualquer cidadão que quer saber. A Dra. Andressa, eu tenho certeza que eu tenho visto, que ela está empenhada em resolver isso. Nem a promotora está conseguindo. Você imagina”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “com todos os problemas desta cidade, eu não posso me calar diante deste fato, acho que justiça tem que ser feita. Eu presenciei o prefeito conversando com o João Andrade que hoje, salvo engano, é diretor ou gerente da Copasa, fato que é o responsável por essas ETE’s. E ele cobrou duramente



dele a instalação da água da Fazenda do Benito, a instalação da água do Belarmino, do Morro do Pires. E aí, ele veio pedir para o prefeito a concessão do esgoto, e ele disse 'não'. 'Os vereadores estão me apertando, a cidade está me apertando, vocês estão devendo tudo o que vocês prometeram, enquanto vocês não cumprirem o que vocês devem, eu não vou dar mais nada a vocês'. Então, vale salientar que a parte dele ele está fazendo". O Senhor Presidente registrou: "estou me comprometendo aqui nesta Mesa que em dois meses eu tenho solução para esse sistema. Eu não vou resolver o problema, mas eu tenho uma solução que a Copasa vai ter que resolver, eu sei qual é e estou trabalhando em cima dela". O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: "estou marcando, Senhor Presidente, hoje é dia vinte e três de setembro, daqui a dois meses, eu estarei novamente levantando". O Senhor Presidente afirmou: "pode me cobrar porque é uma solução que eu estou juridicamente construindo e eu tenho certeza que vai mexer com ela. Só isso que eu lhe falo, pode me cobrar. Requerimento aprovado por nove votos.

4) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente da Mesa Diretora envie moção de aplausos à Escola Estadual Maria Josefina Sales Wardi pela premiação em 1º lugar no SIMAVE – Sistema de Avaliação da Escola Pública, em nome de sua diretora, Sra. Maria da Glória Barbosa, com endereço comercial a Rua Vancouver, 225, Bairro Jardim Canadá. Em discussão, o vereador Flávio de Almeida falou: "eu vou me abster do requerimento porque moro no local, convivo diariamente com seiscentas e vinte crianças e com os adolescentes da região, e por discordar da realidade, do sistema e da própria pesquisa, eu vou me abster em respeito à minha comunidade". Aprovado,



oito votos favoráveis, abstenção do vereador Flávio de Almeida. 5) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal a retirada após o uso previsto em eventos, de banheiros químicos na lateral da Matriz do Pilar, único patrimônio municipal tombado pelo IEPHA. Em discussão, o vereador José Guedes registrou: “novamente quero parabenizar o colega Leci. É um absurdo o que está acontecendo sobre os banheiros químicos. Sabe o acontece, senhor vereador? Ele ficando trinta, quarenta, cinquenta dias, a prefeitura paga. Tem que ser usado em uma Sexta na Feira, no sábado retira, a prefeitura paga um dia. Então, a prefeitura paga constantemente não só aqui, é um absurdo, a prefeitura tem que mandar esta firma recolher imediatamente ao término dos eventos; terminou o evento, retira, a prefeitura não vai pagar, mas fica meses. Parabéns, vereador”. O vereador Leci Alves Campos disse: “eu posso falar de cadeira sobre este contrato porque quando o Secretário de Cultura solicita o banheiro químico para o evento Sexta na Feira, esse banheiro é colocado na praça, hoje eu observei isso, na lateral da Matriz do Pilar. O que acontece? Teve evento na sexta-feira, a empresa não retirou o banheiro químico, vocês podem ver que ele está até com uma fita zebraada marcando o lugar dele, ou seja, ele está encostado no muro de um patrimônio tombado pelo IEPHA a nível nacional, está descaracterizando o patrimônio da nossa cidade. E segundo, com este calor que nós estamos vivendo, olha a quantidade de bactéria que está proliferando nesse banheiro parado ali, uma semana. Quando chega sexta-feira, ele volta a funcionar, as pessoas vão usar o banheiro, isto não está certo. Vamos entrar em contato com este fornecedor e tomar essas providências”. O vereador André Luiz Vieira



da Silva afirmou: “eu tenho uma lei que foi aprovada na Casa, inclusive sancionada pelo prefeito, que dispõe sobre a obrigatoriedade de limpeza e desobstrução dos espaços e vias públicas após a realização de eventos, no prazo que menciona e dá outras providências. Este prazo que é dado aqui na Lei, ‘fica obrigatória a limpeza e a desobstrução dos espaços e vias públicas após a realização de eventos no prazo de quarenta e oito horas contados do término do evento’. O Executivo usa do argumento dessa questão do contrato que é feito longo, não importa se o contrato é feito longo, nós estamos falando de desobstruir a rua para dar condição do pedestre, da população circular e usufruir do espaço que é público. Na verdade, está sendo infringida a lei e tem multa para a empresa que é responsável pela colocação do obstáculo, seja banheiro químico, seja tenda, seja lá o que for”. O Senhor Presidente falou: “se fosse uma barraquinha de laranja ali já estava multada há muito tempo”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “esta que é a questão, a empresa que está sendo contratada é responsabilizada e, segundo a lei que já foi sancionada, ela está passível de pagar multa porque ela tem cumprir no prazo de quarenta e oito horas”. O Senhor Presidente disse: “de acordo com a palavra do vereador, o requerimento que a Sua Excelência fez, se não tiver providências rápidas, a semana que vem pode entrar pedindo ao prefeito que ele cumpra a lei e multe a empresa”. Requerimento aprovado por nove votos. O vereador Flávio de Almeida propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, que a Câmara Municipal, que o senhor primeiro consulte o Plenário para que seja montada uma Comissão para que possa olhar as renúncias fiscais que estão ocorrendo na prefeitura



com referência às grandes empresas do município. Para não ser injusto, não estou colocando só uma, estou colocando todas. Que o senhor monte uma Comissão, que esta Comissão convoque os Secretários para que eles possam tratar o assunto de renúncia fiscal, onde a lei diz que não pode haver renúncia fiscal. Está havendo no município, com exagero e só para os grandes. Para o povo pobre não pode, mas para as grandes empresas está ocorrendo e sem passar pela Casa, ou seja, qualquer renúncia fiscal tem que passar por esta Casa”. O Senhor Presidente afirmou: “como passou até vinte mil reais”. O vereador Flávio de Almeida falou: “pois é, e para os grandes como não veio, está sendo feito à revelia pela própria prefeitura. Então, que esta Comissão seja séria para convocar os responsáveis por isso”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira indagou: “como Presidente da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, não seria esta uma das nossas atribuições?”. O Senhor Presidente respondeu: “não, isso não tem nada a ver com a Comissão de Orçamento porque ele está pedindo que monte uma Comissão para fiscalizar o município em termos de, praticamente, dando desconto em tributos que não foi passado por esta Casa. A Comissão de Orçamento não entra nisso, tem que ser feita uma Comissão. Não há necessidade vereadora, a Comissão de Orçamento é para cuidar do Orçamento da Casa, exclusivamente, e quando tem algum projeto que envolve financeiro, empréstimo, enfim, dinheiro”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “Senhor Presidente, que esta mesma Comissão informe para esta Casa a atual situação financeira da prefeitura porque omissão também é crime e esta Casa tem o poder de fiscalizar, quando esta Casa não o faz, a gente pratica o crime de



omissão. Eu, como não quero entrar em um crime desses, estou pedindo”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, concordou com a proposta do vereador Flávio de Almeida de montar uma Comissão. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “Senhor Presidente, eu quero ressaltar aqui, em cima do que o vereador Flávio de Almeida está solicitando, que é fato, a gente tem visto, a cidade não fala em outra coisa senão a situação financeira do município. É responsabilidade do município enviar a cada quatro meses, e isso é lei federal, o balanço da situação financeira do município para esta Casa poder avaliar. A Lei Complementar nº 101, no seu artigo 54 fala ‘ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos poderes e órgãos referidos um relatório de gestão fiscal assinado pelo Chefe do Poder Executivo’. Eu quero fazer parte desta Comissão por conta de que este relatório não tem chegado aqui. E a gente percebe que existe uma série de disse-me-disse e esta Casa tem, eu vejo exatamente como o senhor colocou, esta Casa tem a obrigação de saber a real situação do município até para poder informar a população e também tomar as devidas providências”. O Senhor Presidente nomeou a Comissão: vereadores Flávio de Almeida, André Luiz Vieira da Silva e Gilson Antônio Marques. O vereador Flávio de Almeida propôs outro requerimento verbal: “que o Executivo envie para esta Casa, não sei se é autorização, se é decreto, das vias públicas sendo abertas em condomínio, sem passar por esta Casa”. O Senhor Presidente afirmou: “este requerimento, nós precisamos pôr na Lei Orgânica, isso era uma das reivindicações para entrar na Lei Orgânica”. Aprovado, nove votos. O vereador José Guedes propôs requerimento verbal: “que a Secretária de Esportes, Leticia, forneça



a este vereador o quanto foi gasto até o presente momento com o esporte amador. É de meu conhecimento que a verba destinada ao esporte amador, este ano, foi de vinte e cinco milhões. Eu gostaria que ela me fornecesse, até este mês, quanto foi gasto porque vinte e cinco milhões é muito dinheiro. A gente está vendo aquele belíssimo ginásio próximo ao campo do Olaria e Canto do Rio, mas aquilo ali é verba destinada do governo. Na minha opinião, é muito dinheiro. O esporte merece, mas eu gostaria de saber com que está sendo gasto, aonde foi aplicado, para quais clubes foram fornecidos benefícios em seus campos, quadras. Eu quero saber tudo do esporte porque eu sou representante oficial há muitos e muitos anos do esporte amador em Nova Lima e do esporte em geral. Aos domingos eu vou aos campos, às quadras, esmero esforços encima de esforços para que o esporte cresça mais em nossa cidade. Mas eu gostaria de saber, eu quero um relatório da Secretária de Esportes”. Aprovado, nove votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio propôs requerimento verbal: “consultar o prefeito, teve a homenagem ao Dia das Mães no Teatro, eles prometeram para a mãe ganhadora e para a Associação dez jogos de mesa e uma televisão de trinta e duas polegadas e, até hoje, a mãe que ganhou, a Mãe Nova-limense que foi do Bairro Honório Bicalho, até hoje, está esperando a televisão. Então, eu queria providências, saber do prefeito qual é a Coordenadoria responsável, porque a televisão não chegou até hoje, nós já vamos para outubro, está esperando outra festa, outro Dia das Mães? Este é o meu requerimento”. Aprovado, nove votos. O vereador José Guedes propôs outro requerimento verbal: “o meu requerimento é quanto ao esgoto da Fazenda Belarmino. Tem uma água



maravilhosa lá na nascente, mas, infelizmente, a água serve para umas cinco moradias porque a maioria das casas está no alto do morro, não tem condições de bombear a água. Então, hoje, têm aproximadamente naquele local quarenta fossas. É saúde, é obrigação da prefeitura cuidar, instalar o esgoto. A prefeitura não gosta, isso não é com o Cassinho não, com quase todos os prefeitos, geralmente não fazem esgoto, tem até a lenda que diz que esgoto não dá voto porque fica enterrado. Então, pedir encarecidamente que ele faça o esgoto naquele local para aquele pessoal humilde, o pessoal precisa”. Aprovado, nove votos. O vereador Leci Alves Campos propôs requerimento verbal: Senhor Presidente, eu gostaria de fazer um requerimento verbal, nós já estamos chegando no mês de outubro e cinco de novembro é o Dia Nacional da Cultura. No ano passado, esta Casa fez a homenagem no Dia Nacional da Cultura. Eu gostaria de requerer que para este ano seja novamente feito o mesmo evento. Aprovado, nove votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, não é bem um requerimento, é mais um desabafo porque eu não sei como eu colocaria isso como um requerimento. Na verdade, diz respeito ao Executivo. Nós estamos vivendo uma situação conflitante no Bairro Nossa Senhora de Fátima, aonde existe uma área que é invadida. Esta área pertence ao município, existem algumas pessoas morando lá e a prefeitura está indo com a desapropriação e derrubando as casas. E, é claro, a reintegração de posse faz parte de um processo legal porque o ato de ocupar um terreno que é do município é errado. Porém, o que não pode é a prefeitura deixar invadir, a pessoa construir a casa, a prefeitura colocar até o esgoto na casa, na rua, ser feita a



ligação, ter toda a infraestrutura no local, a pessoa está com a casa de alvenaria, não é nem de madeira, a pessoa investiu, gastou, passaram-se meses, passaram-se anos, aí depois vai lá e derruba? Se quer fazer a coisa certa, então fiscaliza, não deixa invadir. Agora, depois que invade, tirar a família, a pessoa com criança de colo ser jogada na rua e simplesmente passar o trator por cima, aí é covardia. Eu acho que o Executivo poderia olhar com mais atenção para esta situação, especialmente ali do Bairro Nossa Senhora de Fátima. Até porque a área que está invadida é uma área que, segundo o nosso Plano Diretor antigo, porque a revisão, o novo Plano Diretor não sai de jeito nenhum porque eles não mandam para esta Casa; a área é uma zona de interesse social. Então, é uma área que é justamente para ser destinada às pessoas carentes. Então, está lá, vai derrubar as casas, todo dia está tendo conflito, os moradores vão pra rua, queimam pneu, aí eles vão lá no outro dia, passam o trator por cima, chama a Polícia, aquela confusão toda. Então, é mais uma questão de desabafo porque se eu fosse fazer um requerimento seria para pedir que ele relevasse agora, que ele verificasse aquela situação específica daquela área e tentasse adequar aquela população a um programa emergencial dentro daquela própria área, que é o que eu entendo que dá para ser feito com um pouquinho de boa-vontade. ‘Ah tem aproveitadores, ah tem pessoas que foram lá e venderam terreno’, que fiscalize antes. Eu tenho certeza que se uma pessoa invadiu uma área e na mesma semana ou dentro do mesmo mês, passar o trator lá e tirar, a própria pessoa não vai questionar. Agora, a pessoa está lá, já recebe correspondência, a pessoa já formou família lá e aí daqui a pouco vai lá e derruba? Aí é covardia, eu vejo isso como uma



covardia do Executivo. Então, fica um requerimento para que o prefeito verifique a possibilidade de atender aquela população dentro daquela área”. O vereador José Guedes falou: “quero parabenizar o vereador Pastor André porque esta luta é muito antiga em nossa cidade. É a maior covardia, estão a olho nu as invasões, deixa o coitado fazer a sua casa para depois ir lá, com três, quatro, cinco filhos, mulher, e derrubar. Esperam judicialmente, quando o judiciário autoriza, mete o trator. Eu sou contra invasão. Lá nos Cristais tiveram dezessete, eu tive seis meses de trabalho, mas eu consegui que derrubasse a cerca. E um ex-presidente de associação de bairro, como presidente de associação de bairro, ele incentivando o pessoal; esse vereador encarou, a polícia foi lá e derrubou a cerca. Ele construiu duas vezes, estava construindo pelo ex-presidente da associação e quando neste ato da primeira obra da sua construção, ele era o presidente da associação. Eu botei a polícia em cima, corri atrás, vieram policiais de Belo Horizonte. Tem que derrubar é cerca, não é barracão não. Então, é uma covardia isso que está aí, a prefeitura tem que contratar, colocar mais fiscais porque a AngloGold, teve um tempo aí, que fechou os olhos, a invasão foi tanta, o prefeito correu atrás, foi na AngloGold, exigiu, mandou correspondência para São Paulo para que eles agissem, e hoje eles têm agido. E a prefeitura tem feito, aí a gente tem que dizer a verdade, elogiar também, tem cercado as suas áreas, isso ajuda muito. Eu sou contra totalmente deixar. Conversei com o prefeito Cássio, aqueles miseráveis, coitados lá perto do campo do Olaria e em outros lugares, que ele destinasse algumas casas do Minha Casa Minha Vida e outras para esse povo sofrido e ele não concordou comigo. Ele tem a opinião



dele, eu tenho a minha, que ele pegasse uma parcela e aos poucos ia destinando a esses coitados. O senhor está de parabéns, senhor vereador, muito bem, a prefeitura está errada, isso nós batemos aqui há anos e anos”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “só para a gente dividir um pouco da culpa porque é muito fácil a gente falar de culpa, a gente legislar e não ter conhecimento da causa, aí complica um pouquinho porque a Lei 3365 de 1941 trata de interesse social, eu venho discutindo isso com o Diego já fazem uns cinco meses. No seu artigo oitavo, ela fala exatamente do poder desta Casa, ela diz que esta Casa também pode desapropriar quando existe interesse social, quando existem mais de dez casas no local. Aí, esta Casa, no meu entendimento, ela acostumou com o passar dos anos a ir jogando a culpa. Eu acho que os dez vereadores aqui, nós temos que em alguns momentos comprar a briga, chamar o jurídico desta Casa, pedir um parecer em cima da lei e, se tem mais de dez casas, a gente tem que comprar esta briga e fazer a lei sair daqui. E quando alguns dizem que a gente ao legislar a gente diz sobre dinheiro, a lei é muito clara, a gente divide em parcelas. O que nós não podemos mais permitir é que uma empresa como a Morro Velho venha derrubando casas. A gente fala do Executivo com o seu terreno, mas a gente não atinge os grandes não sei porque. Porque a todo momento nesta Casa, a gente vê o problema, um fala, o outro fala, ou a gente finge que não tem conhecimento da lei ou a gente brinca com ela. Então, eu, como não quero jogar a culpa, eu prefiro que os dez vereadores reúnam com o jurídico e começamos a tratar essas áreas, onde existem mais de dez famílias, em cima da lei 3365. E ela é uma lei nova, ela é de 1941, se fosse de ontem, a gente fala ‘poxa, não



tenho nem conhecimento, votou ontem no Congresso'. Então, Senhor Presidente, é em cima desta lei que eu gostaria que esta Casa passasse junto com o jurídico a trabalhar".

Requerimento aprovado por nove votos. O Senhor Presidente propôs requerimento verbal: "já que surgiu essas discussões, só vou lembrar de uma coisa, todo mundo sabe que eu não tenho vaidade nenhuma por nada, graças a Deus, eu carrego isso na minha vida. Mas quando eu passei alguns dias pela prefeitura, eu desapropriei cento e oitenta mil metros da Morro Velho. Vou fazer um requerimento aqui pedindo ao senhor prefeito, pelo amor de Deus, que não revogue porque se revogar, depois tem que esperar cinco anos para voltar. Que ele não revogue porque esses terrenos... E não foi num local só, foram em vários locais para não ficar aquele amontoado de casas em um local só. Esses terrenos vão servir para um déficit habitacional de cinco mil casas no município, isso tudo que está acontecendo aqui. Até porque tendo o terreno o dinheiro tem, o governo federal tem, o governo Lula, quando eu falo o governo Lula porque ele que criou Minha Casa Minha Vida e que deu condições para o pobre ter casa. E a prestação é baratinha, mas no município os prefeitos passam, não quero citar nome, mas não fazem. Cento e sessenta casas para esse monte de gente é até vergonha. A pessoa vai brigar mesmo, vai dar tiro um no outro. Querem morar e são cento e sessenta casas para seis mil pessoas, não tem jeito. Então, parabéns para quem comentou sobre isso. Meu requerimento é baseado nisso, que ele não revogue, são cento e oitenta mil metros da Morro Velho. O que o município tem que fazer, vereador? Vai lá abre as ruas, entrega para a Caixa, a Caixa pega um empreendedor e faz as casas. Em Santa Luzia tem mais



de quinze mil casas populares feitas; vai lá que todo mundo vê. É só querer, mas os prefeitos que passam não querem”. Aprovado, nove votos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____